

17 FEV 1983

ESTADO DE S. PAULO

Taunay Brasil

Ibmec considera situação atual semelhante à de 64

Da sucursal do
RIO

O Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) considera que o Brasil retornou a condições semelhantes às vigentes no período anterior a 1964, caracterizado por enorme déficit público, inflação elevada, recessão, desequilíbrios substanciais no balanço de pagamentos, desconfiança na política cambial e desestímulos à produção.

Em estudo sobre "a política econômica e a capitalização das empresas", o Ibmec faz severas críticas à presença do Estado na economia brasileira e ao excesso de regulamentação no mercado de capitais. Essa situação, acrescenta, faz com que "já há vários anos o setor privado sofra da exacerbação das incertezas", marcadas com as oscilações das políticas monetária e cambial, a folga crescente da política fiscal e a expansão de controles quantitativos.

Para o Ibmec, essas distorções estão evidenciadas na enorme quantidade da regulamentação introduzida pelo governo, dando o seguinte exemplo: entre o Decreto-lei nº 157, de 10/2/67, que criou os fundos de investimentos fiscais, e o Decreto-lei nº 1.994, de 29/12/82, que estabelece estímulos foram transformação da dívida externa em capital de risco, foi baixado aproximadamente um decreto-lei em cada três dias sobre mercado de capitais. E entre a Resolução nº 63, de 21/8/67, que permite a captação e o repasse de recursos externos pelos bancos, e a Resolução nº 796, de 11/1/83, que libera 5% do

depósito compulsório dos bancos para aplicação em ações de debêntures, o Banco Central produziu uma resolução por semana.

AJUSTE E LIBERALIZAÇÃO

As críticas do Ibmec partem de ampla análise histórica do desenvolvimento da política econômica após a revolução de 1964 e, em especial, das decisões adotadas pelo Conselho Monetário Nacional na sua reunião de 11 de janeiro último para definir as diretrizes para 1983, consideradas "decepcionantes, incompletas e desarticuladas".

Para o Ibmec, a política econômica "abalu-se em seu ativo mais importante, a credibilidade". Para a sua recuperação, sugere a aplicação de um programa de estabilização corrente, em que o conjunto de medidas adotadas conduza, logicamente, aos objetivos pretendidos.

Também considera fundamental a conciliação entre o processo de abertura política e a democratização das decisões econômicas, pois "a liberdade de escolha econômica é um componente fundamental da liberdade do homem e, por outro lado, a dependência excessiva da economia à ação do Estado inibe o exercício da democracia política, tanto por parte do empresário quanto do trabalhador".

O Ibmec defende as seguintes medidas para recuperar a economia do País: 1) Redução de juros reais por meio da liberalização do mercado financeiro e de uma política de desvalorização cambial a um ritmo

mais lento do que o tratamento de choque da máxi, porém mais acelerado do que o da regra cambial acertada com o Fundo Monetário Internacional; 2) manutenção provisória do limite quantitativo e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o crédito doméstico; 3) reforma monetária com vistas a separar formalmente o Banco Central do Banco do Brasil, com o encerramento da conta de movimento entre as duas instituições; 4) reforma fiscal, com as diretrizes gerais incluindo a descentralização das decisões econômicas e a eliminação da discriminação contra o capital acionário; 5) exigência de maior eficiência das empresas estatais e restrição para que estas subscrevam títulos do Tesouro Nacional apenas mediante aprovação do Congresso Nacional.

No seu estudo o Ibmec assinala que a situação econômica do País é o cenário subjacente ao mercado de capitais, setor "onde se aguça o conflito entre estatização e privatização, pois é onde vêm disputados os recursos para o financiamento dos investimentos que são definir o perfil da economia".

O trabalho acrescenta que, no caso brasileiro recente, a tendência tem sido afastar a iniciativa privada do mercado de capitais, contribuindo não só para reduzir sua participação na estrutura econômica futura, como também para inibir o dinamismo da economia a médio e longo prazos, dada a menor rentabilidade esperada de investimentos sujeitos a decisões políticas e isentos dos testes de mercado."